


CONCURSO PÚBLICO


CARGO: POLICIAL PENAL – TIPO B

FRASE: “O que você faz hoje pode melhorar o seu amanhã.”
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)


 SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:


- Este caderno de provas, contendo **90 (noventa)** questões Objetivas e a Prova Discursiva;
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões Objetivas; e
- Um **Caderno de Texto Definitivo** destinado a resposta da **Prova Discursiva**.

 TEMPO

- **06h (seis horas)** é o tempo disponível para a realização das provas, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva e transcrição da prova discursiva no **Caderno de Texto Definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

 NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

 INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** e/ou do **Caderno de Texto Definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e do **Caderno de Texto Definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, no **Cartão de Respostas** e no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal **Caderno de Prova**, o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo** devidamente assinada, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS**Língua Portuguesa**

Texto para as questões de 1 a 10.

A inteligência artificial vai acabar com os testes em animais?

1 Dos amantes da causa animal aos técnicos de laboratório, ninguém gosta de submeter os animais a testes científicos.

Mas isso acaba sendo feito para ajudar a garantir que os medicamentos e outras substâncias sejam seguros para eventual uso humano.

5 Os pesquisadores há muito tempo buscam alternativas que não envolvam os animais. Os sistemas de inteligência artificial (IA) agora estão acelerando o trabalho nessa área.

Uma aplicação da IA neste campo pode ser considerada simples, e especialistas acreditam que ela está se revelando eficaz. Isso porque a tecnologia utiliza todos os resultados globais de testes em animais existentes e disponíveis e evita a necessidade de novos testes desnecessários.

10 Isso é útil porque pode ser difícil para os cientistas examinarem décadas de dados para encontrar e analisar exatamente o que procuram, diz Joseph Manuppello, analista de investigação sênior do Comitê de Medicina Responsável, uma organização sem fins lucrativos dos EUA.

“Estou muito entusiasmado com a aplicação de modelos de IA como o ChatGPT para extrair e sintetizar todos esses dados disponíveis e tirar o máximo proveito deles”, diz.

15 Thomas Hartung é professor de Toxicologia na Universidade Johns Hopkins, nos EUA, e também diretor do Centro de Alternativas aos Testes em Animais. Ele diz: “A IA é tão boa quanto um ser humano, ou melhor, na extração de informações de artigos científicos.”

Quando se trata dos atuais testes em animais, Hartung diz que a necessidade de testar novos produtos químicos é uma das principais razões. E com mais de 1.000 desses novos compostos entrando no mercado todos os anos, há muito a ser testado.

20 O professor Hartung diz que sistemas de IA treinados estão começando a ser capazes de determinar a toxicidade de um novo produto químico.

“Ter ferramentas disponíveis onde podemos pressionar um botão e obter uma avaliação preliminar, que nos dá alguns sinais de ‘aqui está um problema’... será extremamente útil.”

25 Hartung acrescenta que, embora os sistemas de software sejam usados há muito tempo na Toxicologia, a IA está proporcionando um “enorme salto em frente” tanto em potência quanto em precisão.

“Isso está subitamente criando oportunidades que não existiam antes”, diz ele, acrescentando que a IA está agora envolvida em todas as fases dos testes de toxicidade.

A inteligência artificial está sendo usada até mesmo para criar novos medicamentos.

30 É claro que os sistemas de IA não são perfeitos para determinar a segurança química. Um problema é o fenômeno conhecido como viés de dados.

Um exemplo disso é se um sistema de IA e o seu algoritmo tiverem sido treinados utilizando dados de saúde predominantemente de um grupo étnico.

35 O risco é que os seus cálculos ou conclusões não sejam inteiramente adequados para pessoas de outra origem étnica.

Mas, como salienta o professor Hartung, testar medicamentos humanos em animais pode, por vezes, ser de pouca utilidade também.

40 Por exemplo, o medicamento para artrite Vioxx passou pela fase de testes em animais, mas depois foi retirado da venda após estudos terem demonstrado que o uso a longo prazo por seres humanos levou a um risco aumentado de ataque cardíaco e acidente vascular cerebral.

Por outro lado, alguns medicamentos amplamente utilizados teriam falhado em testes em animais, como o analgésico aspirina, que é tóxico para embriões de ratos.

Hartung conclui que, em vários casos, a IA já tem se revelado mais precisa do que os testes em animais.

45 Um projeto de IA que está sendo construído para tentar substituir a necessidade de futuros testes em animais é chamado AnimalGAN. Desenvolvido pela Food and Drug Administration, dos EUA, o software visa determinar com precisão como os ratos reagiriam a qualquer produto químico.

A IA foi treinada usando dados de 6.442 ratos reais em 1.317 cenários de tratamento.

Um projeto internacional semelhante chamado Virtual Second Species (Segunda Espécie Virtual, em tradução literal) está criando um cão virtual alimentado por IA, que está sendo treinado usando dados de resultados históricos de testes caninos.

Cathy Vickers é chefe de inovação do Centro Nacional para a Substituição, Refinamento e Redução de Animais em Pesquisa do Reino Unido, que faz parte do estudo.

Ela explica que atualmente novos medicamentos são testados primeiro em ratos e cães para verificar a toxicidade potencial, antes do início dos testes em humanos.

No futuro, o maior desafio para os testes de IA é obter a aprovação regulatória. Vickers reconhece que “a aceitação total levará tempo”.

No entanto, Emma Grange, diretora de assuntos científicos e regulamentares do grupo Internacional Livre de Crueldade, defende que todos os esforços devem ser feitos para garantir a eliminação progressiva dos testes em animais.

“Neste momento, não está claro como ou se as novas tecnologias, como a IA, poderiam contribuir para realmente acabar com os testes em animais, em vez de apenas reduzir ou refinar esses testes”, diz ela.

“Mas sabemos que a utilização de animais como modelos para a proteção da saúde humana e do ambiente é uma ciência ultrapassada e esperamos que, em última análise, a IA possa desempenhar um papel na transição da utilização de animais em qualquer teste ou experiência.”

No entanto, Kerstin Kleinschmidt-Dorr, veterinária-chefe da empresa farmacêutica alemã Merck, afirma que os testes em animais não podem desaparecer da noite para o dia. Sua empresa é uma das patrocinadoras do Virtual Second Species.

“O uso de animais é necessário e, por boas razões, obrigatório em muitos aspectos”, afirma. “Mas acreditamos num futuro onde identificaremos melhores soluções livres de testes em animais para os problemas não resolvidos que os exigem hoje.”

(Christine Ro. <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2024/06/a-inteligencia-artificial-vai-acabar-com-os-testes-em-animais.shtml>. 8.jun.2024)

1. Em relação à tipologia, de acordo com o objetivo da autora, é correto afirmar que o texto se encaixa no modelo

- (A) descritivo.
- (B) narrativo.
- (C) dissertativo-expositivo.
- (D) dissertativo-argumentativo.
- (E) injuntivo.

2. Em relação à leitura do texto e suas possíveis inferências, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante da percepção de que o uso de animais em experimentos de novos fármacos se localiza como algo de eficácia questionável, a esperança reside na IA, tanto nos alcances possíveis quanto na sua aceitação pela comunidade científica.
- (B) Ratos e cães dão com precisão a resposta para o início de testagem de medicamentos em humanos, de forma que, se não causaram morte nos animais, igualmente o teste em humanos já apresenta grande segurança, dado o tamanho e o porte da espécie.
- (C) Diante do avanço da IA nas pesquisas farmacológicas, é possível afirmar que, dentro de pouco tempo, os animais poderão ser descartados em troca pela inserção de dados numerosos que absorvam todas as variáveis dos testes realizados até então, o que significará segurança total de seu emprego.
- (D) Mesmo com a IA, os testes com animais não podem ser eliminados, sob pena de reduzir as chances de encontrar bons resultados, o que não se alcançaria nunca com o estágio atual das inteligências virtuais e da quantidade de dados disponíveis para alimentá-las.
- (E) Diante do mundo em mudanças, em que a defesa dos animais se revela uma tendência mundial, o uso da IA no lugar dos experimentos científicos é uma saída definitiva para o problema, somente se ela alcançar os parâmetros que saibam distinguir diferentes etnias por si só.

3. *Thomas Hartung é professor de Toxicologia na Universidade Johns Hopkins, nos EUA, e também diretor do Centro de Alternativas aos Testes em Animais.*

O termo sublinhado no período acima desempenha função sintática de

- (A) adjunto adnominal.
- (B) complemento nominal.
- (C) adjunto adverbial.
- (D) aposto.
- (E) predicativo.

4. *Um projeto de IA que está sendo construído para tentar substituir a necessidade de futuros testes em animais é chamado AnimalGAN. Desenvolvido pela Food and Drug Administration, dos EUA, o software visa determinar com precisão como os ratos reagiriam a qualquer produto químico.*

O segundo período do segmento acima, em relação ao primeiro, desempenha papel semântico de

- (A) exemplificação.
- (B) explicação.
- (C) explicitação.
- (D) especificação.
- (E) enumeração.

5. *“Neste momento, não está claro como ou se as novas tecnologias, como a IA, poderiam contribuir para realmente acabar com os testes em animais, em vez de apenas reduzir ou refinar esses testes”, diz ela.*

O pronome destacado no período acima exerce, em relação ao texto, função

- (A) anafórica.
- (B) catafórica.
- (C) endofórica.
- (D) epanafórica.
- (E) dêitica.

6. *Hartung conclui que, em vários casos, a IA já tem se revelado mais precisa do que os testes em animais.*

O termo sublinhado no período acima se classifica como

- (A) partícula apassivadora.
- (B) índice de indeterminação do sujeito.
- (C) pronome oblíquo.
- (D) pronome reflexivo.
- (E) parte integrante do verbo.

7. *Mas, como salienta o professor Hartung, testar medicamentos humanos em animais pode, por vezes, ser de pouca utilidade também.*

No período acima há

- (A) duas orações.
- (B) três orações.
- (C) quatro orações.
- (D) cinco orações.
- (E) seis orações.

8. *No entanto, Emma Grange, diretora de assuntos científicos e regulamentares do grupo Internacional Livre de Crueldade, defende que todos os esforços devem ser feitos para garantir a eliminação progressiva dos testes em animais.*

O segmento destacado no período acima pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica sintática:

$W (=W+(Wp\xi p)+(pWp(=p+W)) \infty \rightarrow ppW \infty + \infty pWp+pW+W$

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que represente corretamente o segmento destacado no período a seguir:

No entanto, Kerstin Kleinschmidt-Dorr, veterinária-chefe da empresa farmacêutica alemã Merck, afirma que os testes em animais não podem desaparecer da noite para o dia.

- (A) $W (=W+pWpp(=W)) \infty \rightarrow pW+W \neq \infty$
- (B) $W (=WW+WWpp(=W)) \infty \rightarrow Wp+W \neq \infty$
- (C) $W (=pWpp(=Wp)) \infty \rightarrow pWp+Wp \neq \infty \infty$
- (D) $W (=pW+Wpp(=pW)) \infty \rightarrow pW+W \neq \infty$
- (E) $W (=W+pWp(=W)) \infty \rightarrow pW+Wp \neq \infty \infty$

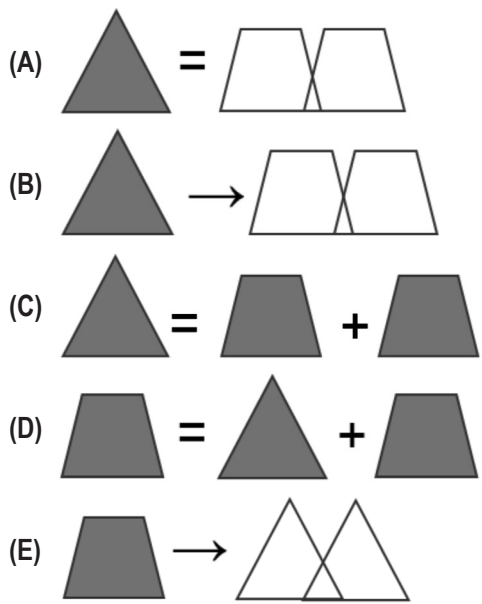
9. Isso é útil **porque** pode ser difícil para os cientistas examinarem décadas de dados para encontrar e analisar exatamente o que procuram, diz Joseph Manuppello, analista de investigação sênior do Comitê de Medicina Responsável, uma organização sem fins lucrativos dos EUA.

No período acima, empregou-se corretamente uma das formas do porquê. Assinale a alternativa em que isso igualmente tenha ocorrido.

- (A) Era chega a hora de conhecer os caminhos porque passamos.
- (B) Era necessário saber por quê, naquele dia, tínhamos ficado tão apreensivos.
- (C) Porque ele decidiu não ir ao cinema ninguém mais poderia ir?
- (D) Sem saber por que, ele sempre age daquela forma.
- (E) Entendemos porque nos buscavam com tanta pressa.

10. Thomas Hartung é professor de Toxicologia na Universidade Johns Hopkins, nos EUA, e também diretor do Centro de Alternativas aos Testes em Animais.

Assinale a alternativa em que esteja corretamente indicado como o período acima deve ser representado graficamente.



Texto para as questões 11 e 12



(Ziraldo. <https://www.espacoeducar.net/2010/08/45-tirinhas-do-menino-maluquinho.html>)

11. Assinale a alternativa correta acerca da última frase dita pelo Maluquinho no segundo quadrinho.

- (A) O período apresenta uma oração coordenada.
- (B) O período é composto por coordenação e subordinação.
- (C) Todas as orações são desenvolvidas.
- (D) Há uma oração justaposta.
- (E) Há uma oração subordinada desenvolvida e uma reduzida de infinitivo.

12. Assinale a alternativa em que se tenha feito corretamente a transposição da fala do Menino Maluquinho no segundo quadrinho para a forma negativa.

- (A) Não pega papel e lápis.
- (B) Não pegai papel e lápis.
- (C) Não pegas papel e lápis.
- (D) Não pegue papel e lápis.
- (E) Não pegues papel e lápis.

Noções de Informática

13. Em um arquivo do LibreOffice Calc, um usuário deseja calcular a média dos valores contidos nas células A1, A2 e A3. Além disso, ele deseja arredondar o resultado para duas casas decimais utilizando uma função adequada. Para isso, ele deve utilizar as fórmulas e funções corretas. O procedimento correto a ser seguido pelo usuário é

- (A) Utilizar a função =MÉDIA(A1:A3) e a função =ARRED(A1,2).
- (B) Utilizar a função =SOMA(A1:A3)/3 e a função =ARREDONDAR.MAIOR(B1,2).
- (C) Utilizar a função =MÉDIA(A1:A3) e a função =ARREDONDAR.PARA.BAIXO(B1).
- (D) Utilizar a função =SOMA(A1:A3)/3 e a função =ARREDONDAR(A1,2).
- (E) Utilizar a função =MÉDIA(A1:A3) e a função =ARRED(B1,2).

14. Considere um sistema de armazenamento de dados em uma instituição policial que necessita de alta capacidade, confiabilidade e acesso rápido aos dados. Entre os dispositivos de armazenamento disponíveis, é necessário escolher aquele que melhor atenda a esses requisitos. O dispositivo de armazenamento mais adequado para essa instituição é o(a)

- (A) pendrive, devido à sua portabilidade e custo-benefício.
- (B) CD-ROM, pela alta durabilidade e grande capacidade de armazenamento.
- (C) cartão de memória SD, pelo seu uso prático em dispositivos móveis.
- (D) SSD, por sua alta velocidade de leitura/escrita e confiabilidade.
- (E) fita magnética, pela alta capacidade e baixo custo de manutenção.

15. Ao criar uma apresentação no LibreOffice Impress, você deseja configurar a transição entre os slides para que a apresentação tenha um aspecto mais profissional. No entanto, você percebe que a transição entre os slides não está funcionando conforme esperado. Você verifica as configurações de transição e encontra as seguintes opções: “Automática após”, “No clique do mouse”, “Velocidade” e “Som”. Para corrigir o problema e garantir que a transição ocorra automaticamente após um determinado tempo, você deve ajustar a opção correta. Essa opção é

- (A) Velocidade.
- (B) Automática após.
- (C) No clique do mouse.
- (D) Som.
- (E) Animação de slide.

16. Um policial penal precisa gerenciar permissões de arquivos no sistema operacional Linux. Ele deve alterar as permissões de um arquivo específico, permitindo que o proprietário do arquivo tenha permissão de leitura, escrita e execução, enquanto o grupo e outros usuários terão apenas permissão de leitura. O comando apropriado para realizar essa operação é

- (A) ``chmod 744 nome_do_arquivo``.
- (B) ``chmod 644 nome_do_arquivo``.
- (C) ``chmod 754 nome_do_arquivo``.
- (D) ``chmod 464 nome_do_arquivo``.
- (E) ``chmod 777 nome_do_arquivo``.

17. Durante a criação de uma tabela no LibreOffice Writer, um usuário deseja mesclar células na primeira linha da tabela para criar um cabeçalho que abranja várias colunas. Para isso, o usuário deve selecionar as células desejadas e utilizar a opção apropriada no menu ou na barra de ferramentas. No entanto, o usuário percebe que, ao tentar mesclar as células, a formatação de algumas células se perde. Esse comportamento pode ser resultado de

- (A) a opção “Dividir Células” ser selecionada por engano.
- (B) a tabela ter sido criada no Microsoft Word e importada para o Writer.
- (C) as células terem formatação diferente antes da mesclagem.
- (D) o documento estar em modo de compatibilidade com versões anteriores.
- (E) o usuário não ter selecionado a opção de mesclar células corretamente.

18. Você está utilizando o LibreOffice Writer para formatar um documento oficial. Após definir o estilo do texto, você precisa numerar as páginas do documento começando a numeração a partir da terceira página. Para isso, deve-se

- (A) acessar o menu “Inserir”, escolher “Rodapé” e clicar em “Número da Página”.
- (B) selecionar a terceira página, acessar o menu “Formatar”, selecionar “Página” e ajustar a numeração inicial para 3.
- (C) inserir um campo de “Número de Página” na terceira página e ajustar a numeração inicial no menu “Inserir”.
- (D) criar um estilo de página específico para a terceira página, acessar o menu “Inserir” e adicionar “Número da Página”, ajustando a numeração inicial para 3.
- (E) inserir uma quebra de página na segunda página, e na terceira página, acessar o menu “Inserir”, escolher “Rodapé” e adicionar “Número da Página”, ajustando a numeração inicial para 3.

Raciocínio Lógico

RASCUNHO

19. Em uma escola, há 40 alunos que praticam futebol, 30 alunos que praticam vôlei e 15 alunos que praticam ambos os esportes. O número total de alunos que praticam pelo menos um desses esportes é

- (A) 15
- (B) 35.
- (C) 40.
- (D) 55.
- (E) 70.

20. Três amigos, Antônio, Bruno e Caio moram em diferentes estados da Região Nordeste: Bahia, Ceará e Pernambuco. Sabe-se que as seguintes afirmações são verdadeiras: nenhum deles mora no estado em que nasceu; Bruno não nasceu no Ceará; Caio é nascido em Pernambuco; Antônio nasceu no Ceará e não mora em Pernambuco. Considerando essas informações, é correto afirmar que

- (A) Caio mora no Ceará.
- (B) Caio mora na Bahia.
- (C) Bruno mora no Ceará.
- (D) Bruno mora na Bahia.
- (E) Antônio mora em Pernambuco.

21. Pedro faz aniversário no dia 12 de outubro e sua amiga Maria faz aniversário no dia 25 de dezembro. Em certo ano, no qual Pedro fez aniversário num sábado, Maria fez aniversário numa quarta-feira. Num outro ano, Maria fez aniversário num sábado. Assim, assinale a alternativa que corresponde ao dia da semana em que Pedro fez aniversário nesse ano.

- (A) segunda-feira
- (B) terça-feira
- (C) quarta-feira
- (D) quinta-feira
- (E) sexta-feira

22. Uma fábrica de cerâmica precisa cobrir uma parede retangular com dimensões de 92,0 cm de largura e 64,0 cm de altura com azulejos quadrados de maior tamanho possível, de modo que não seja necessário cortar nenhum azulejo. Assinale a alternativa que corresponde ao número mínimo de azulejos que se obtém dessa forma.

- (A) 48
- (B) 128
- (C) 368
- (D) 372
- (E) 380

23. Seja A o conjunto dos números primos maiores que 1 e menores que 10. Determine quantos subconjuntos diferentes podem ser formados a partir desse conjunto.

- (A) 3
- (B) 6
- (C) 8
- (D) 12
- (E) 16

24. Uma equipe de exploradores está planejando uma expedição em uma floresta usando um mapa com escala de 1:50.000. Isso significa que 1 cm no mapa representa 50.000 cm (ou 500 metros) na realidade. Eles planejam percorrer uma distância total de 12 km na floresta. A distância que essa rota ocupa no mapa é de

- (A) 12 cm.
- (B) 24 cm.
- (C) 60 cm.
- (D) 1,20 m.
- (E) 2,40 m.

RASCUNHO

Noções de Administração Pública e Ética no Serviço Público

25. Na gestão de contratos, é importante que o administrador esteja atento à ocorrência de eventos imprevisíveis e extraordinários, os quais, diante das consequências incalculáveis, podem culminar na necessidade de revisão contratual. Nesse caso, o administrador deverá buscar

- (A) o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (B) o reajuste inflacionário do contrato.
- (C) a repactuação anual do contrato.
- (D) a rescisão parcial do contrato.
- (E) a rescisão total do contrato.

26. Dentre os princípios implícitos da Administração Pública, está o chamado princípio da proporcionalidade, o qual pode ser subdividido corretamente nos critérios de

- (A) adequação, moralidade e impessoalidade.
- (B) necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito.
- (C) necessidade, publicidade e proporcionalidade em sentido amplo.
- (D) adequação, legalidade e proporcionalidade em sentido amplo.
- (E) isonomia, adequação e moralidade.

27. Determinada autarquia pública celebrou contrato de gestão para ser elevada ao status de agência executiva, buscando aumentar a eficiência e a redução de custos para a Administração Pública. Nesse caso, é necessário que os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes estejam necessariamente previstos em

- (A) portaria.
- (B) decreto.
- (C) lei.
- (D) resolução.
- (E) regulamento.

28. Com base na Lei de Acesso à Informação, Maria das Dores entrou com requerimento para ter acesso a informação pertinente à administração do patrimônio público estadual, mas tal pedido lhe foi negado. Nesse caso, é direito de Maria das Dores

- (A) interpor recurso, a qualquer tempo, contra a decisão de negativa de acesso.
- (B) obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.
- (C) ser ressarcida dos custos ou taxas cobrados pelo serviço de busca e de fornecimento de informação.
- (D) ser intimada por via eletrônica ou telefônica ou por publicação no Diário Oficial do Estado.
- (E) recorrer ao Tribunal de Contas do Estado ou ao Ministério Público Estadual.

29. Muito se diz que trabalhar no serviço público é uma questão de vocação profissional, já que, ao contrário do que ocorre no setor privado, há clara necessidade de o servidor público buscar promover o bem-estar social, cuidando da *res publica*. Nesse contexto, é dever ético do servidor público

- (A) ter o espírito cooperativo, promovendo a conciliação de interesses a qualquer preço.
- (B) estar aberto a ouvir interpelações, críticas e sugestões, principalmente quando se tem uma prévia simpatia pessoal com o interlocutor.
- (C) eleger o decoro, a improbidade e a integridade como suas qualidades pessoais inegociáveis e incorruptíveis.
- (D) seguir regras com segurança e com obediência à lei, direcionando-as a um melhor desempenho nas suas atribuições funcionais.
- (E) ser imparcial e indiferente na tomada de decisões, bloqueando emoções como forma de evitar que sentimentos atrapalhem o desempenho profissional.

30. O Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual (Decreto 31.198/13) demonstra forte preocupação com a conduta de investir em bens cujo valor ou cotação possa ser afetado por decisão ou política governamental a respeito da qual a autoridade pública tenha informações privilegiadas, em razão do cargo ou função. No caso, está-se diante de

- (A) conflito de interesse, e não de conduta antiética ou aética.
- (B) conduta antiética, e não de conflito de interesse.
- (C) conflito de interesse, e não de conduta aética.
- (D) conflito de interesse e conduta antiética.
- (E) conflito de interesse e conduta aética.

31. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) determina que a confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular, em formato simplificado, de forma imediata, ou por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de

- (A) até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.
- (B) no mínimo, 15 (quinze) dias, contado da data do protocolo.
- (C) até 5 (cinco) dias, contado da data do requerimento do titular.
- (D) no máximo, 72 (setenta e duas) horas, contado da data do protocolo.
- (E) até 10 (dez) dias, contado da data do protocolo.

32. O Decreto 31.198/13 instituiu o Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual, cujas normas são aplicadas aos agentes públicos civis e, por exemplo, às seguintes autoridades:

- (A) Dirigentes de Autarquias, inclusive as especiais, e de Fundações mantidas ou não pelo Poder Público.
- (B) Dirigentes de Fundações mantidas pelo Poder Público e de Autarquias, excluídas as especiais.
- (C) Superintendente da Polícia Civil, Procurador-Geral de Justiça e Procurador-Regional da República.
- (D) Delegado Superintendente Adjunto da Polícia Civil, Perito-Geral do Estado e Perito-Geral Adjunto do Estado.
- (E) Defensor Público Geral, Procurador-Geral do Estado e Procurador-Regional da República.

Legislação Específica

33. Segundo o art. 188-A da Constituição do Estado do Ceará, a Polícia Penal é de natureza permanente, com função indelegável de Estado, vinculada ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) O Comando da Polícia Penal é privativo de coronel da Polícia Militar, em serviço ativo, observadas as condições indicadas em lei, de livre escolha do Governador do Estado.
- (B) Incumbe à Polícia Penal, além das já previstas em lei, a atividade da preservação da ordem pública em todas as suas modalidades e proteção individual, com desempenhos ostensivos para inibir os atos atentatórios a pessoas e bens.
- (C) O preenchimento do quadro de servidores das polícias penais será feito, exclusivamente, por meio de concurso público e por meio da transformação dos cargos isolados, dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários e dos cargos públicos equivalentes.
- (D) A Polícia Penal do Estado do Ceará, exclusivamente para efeitos funcionais, não previdenciários, dos ocupantes de cargos ou funções integrantes de seu quadro, será considerada parte integrante da estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado, sendo dirigida pelo Policial Penal, de livre nomeação e exoneração do Governador do Estado, e garantida a sua autonomia administrativa e financeira, inclusive mediante dotação orçamentária própria.
- (E) Os Policiais Penais de carreira da Polícia Penal deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Superintendência de Polícia Penal e à Corregedoria-Geral dos Órgãos de Segurança Pública, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

34. Diante do regramento interno que estabelece e padroniza as normas referentes ao procedimento administrativo disciplinar, para a apuração das faltas disciplinares cometidas por presos custodiados nas unidades prisionais no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado do Ceará, quanto a medidas cautelares, assinale a alternativa correta.

- (A) Em casos específicos enumerados no dispositivo enunciado, desde que necessário, o prazo estabelecido para o isolamento do preso poderá, a pedido da direção da unidade respectiva, ser prorrogado por igual período pelo Diretor regional prisional competente.
- (B) Em casos específicos enumerados no dispositivo enunciado, a participação em atividades coletivas, além da escola e trabalho, não poderá ser suspensa ou restringida, cautelarmente, durante o período de isolamento ou averiguação, por ato motivado da direção da Unidade Prisional.
- (C) Em casos específicos enumerados no dispositivo enunciado, tais medidas serão comunicadas imediatamente ao Diretor da unidade prisional, para que, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da constatação ou conhecimento do fato, seja iniciado o procedimento disciplinar, salvo por outro motivo que não seja possível a instauração, devendo-se respeitar o prazo prescricional de cada infração.
- (D) Em casos específicos enumerados no dispositivo enunciado, as regalias poderão ser suspensas ou restringidas, independentemente de motivação, pelo cometimento de falta disciplinar de qualquer natureza.
- (E) Em casos específicos enumerados no dispositivo enunciado, o diretor da Unidade Prisional, ou quem responder pela função, poderá determinar, por ato motivado, como medida cautelar, o isolamento do preso, por período não superior a 10 (dez) dias.

35. Com o condão de estabelecer e padronizar as normas e regras de segurança do trabalho do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará e seus anexos, a serem adotados e cumpridos no interior dos Estabelecimentos Prisionais, por todos os servidores, colaboradores, presos, visitantes ou qualquer pessoa que porventura necessite adentrar nos Estabelecimentos Prisionais dessa Unidade Federativa, há a Instrução normativa SAP 03/2020. Assim, considerando que todos os Agentes Penitenciários deverão estar aptos à execução das atividades específicas de suas atribuições, consoante a necessidade que lhe seja apresentada, suas atribuições são

- (A) desempenhar atribuições inerentes ao cargo ocupado, aplicando, quando autorizado e habilitado para tal, técnicas de averiguação e pesquisa, bem como de inteligência, contrainteligência e monitoramento diversos; ministrar treinamentos voltados à atividade de segurança penitenciária desde que devidamente habilitado e autorizado pela administração superior da SAP, que prevaleça o interesse público na qualificação do servidor e que o curso seja compatível com o desempenho de sua função.
- (B) não induzir superior ou colega a erro ou engano; não veicular ou propiciar a divulgação de notícia falsa, documentação, imagens, áudios e vídeos de fatos ocorridos na Instituição, contendo informações reservadas ou que exponham a estrutura física ou as regras de segurança de que tenha conhecimento ou acesso em razão do cargo que ocupa, ou da função que exerça, nos meios de comunicação em geral, como jornais, sites, redes sociais, blogs, aplicativos, imprensa, etc., salvo quando forem denúncias contra o governo federal.
- (C) ser assíduo e pontual ao serviço, exercendo com zelo e dedicação as atribuições do cargo, bem como ser leal ao Governo do Estado do Ceará; atender com presteza e prontidão aos demais servidores do Sistema Prisional, servidores de outras Instituições, bem como o público em geral, prestando as informações requeridas, salvo quando protegidas por sigilo ou que comprometam a segurança e a disciplina na Unidade.
- (D) atender às requisições judiciais e administrativas e, quando estiver de plantão, dar ciência prévia à chefia imediata da necessidade de ausentar-se do posto de serviço, pelo tempo necessário para atender à requisição, mediante apresentação de documentação comprobatória, salvo casos excepcionais, que serão tratados com a direção da Unidade/ Chefia imediata; abster-se de fazer uso de bebidas alcoólicas ou se apresentar embriagado estando em serviço, uniformizado ou mesmo de folga.
- (E) não abandonar ou se ausentar do posto de serviço em que esteja escalado sem prévia autorização de seu superior imediato, nem se manter desatento ou displicente quando o estiver ocupando, configurando desídia essas últimas condutas; não publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documentos oficiais, ainda que não sejam de caráter reservado, ou ensinar a divulgação do seu conteúdo, no todo ou em parte, salvo em casos de amotinamento de presos ou crises diversas.

Texto Auxiliar:

Maioria dos estados que adota câmeras corporais nas polícias usa gravação ininterrupta, aponta levantamento da USP

Novo edital lançado pelo governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) para compra de equipamentos em São Paulo prevê que o policial poderá escolher o que gravar. Governo Federal deve lançar diretrizes nacionais sobre o tema na próxima terça-feira (28).

Por Gabriel Croquer, Artur Nicoceli, Marina Pinhoni, g1
25/05/2024 05h01

36. Guardadas as devidas proporções, o uso de câmeras corporais por operadores da segurança pública é o novo *modus operandi* ideal que muitos acreditam ser a solução de todos os problemas. Diante disso, o Estado do Ceará leva dianteira, pois já regulou o tema, na forma da Portaria 506/2023. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos ilícitos de natureza grave, que venham a ser objeto do descarte ou da perda das imagens antes dos prazos estabelecidos, implicarão, caso comprovado o dolo, responsabilização administrativa e criminal, e, sendo o caso, imediatamente remetido à CGD.
- (B) O operador não poderá acessar os vídeos por ele registrados ou por outros operacionais, quando estiver sob investigação pela sua conduta, devendo o agendamento do acesso ser demandado apenas judicialmente.
- (C) As informações e os dados provenientes de câmeras corporais poderão ser utilizados como fontes probatórias para os servidores da pasta, apenas em matéria de defesa, independente de autorização prévia.
- (D) As informações extraídas das gravações poderão ser objeto de análise e estudo pelos órgãos competentes, de forma que contribuam para a persecução penal e o bom funcionamento do Poder Judiciário.
- (E) Responderão civil, penal e administrativamente aqueles que utilizarem de forma irregular as imagens e os sons armazenados pelas câmeras corporais, desde que comprovado o dolo.

37. Considerando que a preservação da segurança e disciplina no interior das unidades é de fundamental importância para que a visita transcorra em ordem, harmonia e respeito mútuo de forma a garantir a integridade física, psíquica e moral dos visitantes e das pessoas que laboram nos Estabelecimentos Prisionais, há a Portaria 900/22, com o escopo de regulamentar e disciplinar os procedimentos de visita às pessoas privadas de liberdade das Unidades Prisionais do Estado do Ceará. Diante do inculcado em tal regulamento, quanto ao acesso de visitantes em dias de visitação, assinale a alternativa correta.

- (A) O adolescente, filho, neto, sobrinho ou cônjuge, com idade compreendida entre doze anos e dezoito anos incompletos, poderá ter seu direito à visita social quando devidamente cadastrado e previamente agendada, em local determinado pela Direção da Unidade, somente podendo ingressar nas Unidades Prisionais se acompanhados de pai, mãe, ou responsável legal, portando documento oficial com foto.
- (B) No caso de cancelamento de visitação de esposo (a), companheiro (a), parente ou amigo (a) por parte da pessoa privada de liberdade, o(a) cidadão(ã) terá que cumprir o prazo mínimo de 45 dias para requerer a reativação do mesmo cadastro.
- (C) As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 65 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo, os obesos ou qualquer pessoa em condição de limitação física terão atendimento prioritário.
- (D) A permanência de visitante, previamente cadastrado, compreenderá o período das 8h às 12h, para visitas sociais, no número máximo de duas pessoas adultas por custodiado nos dias estabelecidos pela direção da Unidade Prisional, respeitando suas características particulares após anuência da Administração Superior da SAP.
- (E) Os dias de visita serão limitados a três filhos (as) e/ou netos (as), crianças com idades compreendidas entre 6 meses a 12 anos incompletos, somente podendo ingressar nas Unidades Prisionais se acompanhados de pai, mãe ou responsável legal e que visite a mesma pessoa privada de liberdade, portando documento oficial com foto com o devido cadastro e agendamento

38. Sabido que cabe ao Diretor do Estabelecimento Penal proferir julgamento, aplicar sanção disciplinar ou determinar o arquivamento do feito, mencionando as razões do seu convencimento, na forma da Portaria que estabelece e padroniza as normas referentes ao procedimento administrativo disciplinar, para a apuração das faltas disciplinares cometidas por presos custodiados nas unidades prisionais no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado do Ceará, assinale a alternativa correta.

- (A) Após o julgamento será encaminhada cópia do Processo Disciplinar à Vara de Execuções Penais com a informação de conclusão do procedimento no prazo de até 10 (dez) dias.
- (B) Em sendo o preso julgado inocente das imputações que lhe foram feitas, serão os autos respectivos encaminhados ao Diretor do Estabelecimento, a fim de que seja por este determinado seu imediato arquivamento.
- (C) Nos casos em que não se verificar ocorrência de prejuízo com o cometimento da falta disciplinar, o procedimento poderá ser arquivado, depois de ouvido o Ministério Público, bem como em razão do isolamento preventivo, eventualmente aplicado, for considerado suficiente como medida satisfatória à manutenção da ordem e da disciplina.
- (D) O isolamento poderá ser comunicado à Vara de Execuções Penais, a critério da Unidade Prisional.
- (E) O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a 40 (quarenta) dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado, nos termos do art. 58 da LEP.

39. Conforme dispõe a Lei Estadual 18.428, de 20/7/23, sobre o funcionamento da unidade prisional de segurança máxima – UPSM, vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado – SAP, e sobre o procedimento de inclusão, transferência e exclusão, assinale a alternativa correta.

- (A) A efetiva inclusão do preso na UPSM concretizar-se-á somente após a conferência dos seus dados de identificação com o ofício/instrumento oficial de apresentação, podendo ser negada se em desacordo com as normas internas na unidade recebedora.
- (B) Na inclusão, serão observados os procedimentos e será analisada a seguinte documentação: certificação das condições físicas e mentais do preso, mediante Exame de Corpo de Delito e prestação de informações ao preso sobre as normativas, bem como sobre seus direitos e deveres legais, apenas.
- (C) Para a inclusão ou transferência, o preso deverá, pelo menos, cumulativamente ter desempenhado função de liderança ou participado, de forma relevante, em organização criminosa e ter praticado crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem.
- (D) Os presos na UPSM terão direito a banho de sol de até 4 (quatro) horas diárias, em grupos de, no mínimo, 3 (três) pessoas, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.
- (E) Os pedidos de inclusão, transferência e exclusão de apenados para a UPSM serão realizados pela via judicial, nos termos da Resolução 404, de 2 de agosto de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, e alterações posteriores.

40. Sabemos que todas as assim chamadas “carreiras de Estado” se revestem de responsabilidades e deveres intrínsecos à figura do agente público, de modo que os policiais penais de carreira e os servidores públicos do quadro permanente da SAP respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sujeitando-se, cumulativamente, às cominações cabíveis nas respectivas esferas. Igualmente, a apuração da responsabilidade funcional, nos termos da lei, se processa por meio de investigação preliminar, de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, assegurados em ambos o contraditório e a ampla defesa. Quanto ao assunto ora consignado, assinale a alternativa correta.

- (A) A legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal excluem a responsabilidade administrativa, assim como a alienação mental ao tempo do fato, comprovada por perícia médica oficial.
- (B) Sob pena de responsabilização, o agente público exercente de função de chefia, ao tomar conhecimento de fato que possa configurar ilícito administrativo, deve tomar medidas imediatas e pessoais, para apuração do fato.
- (C) Em caso de prejuízo a terceiros, o servidor responderá perante o Estado, não cabendo, assim, ação regressiva, que deve ser proposta na forma da legislação, pela vítima ou seus representantes legais.
- (D) Configurando a conduta funcional irregular, a um só tempo, ilícito administrativo, civil e penal, a autoridade competente para determinar a abertura do procedimento disciplinar adotará providências para a apuração da responsabilidade civil ou penal, quando for o caso, durante ou após concluída a sindicância ou o processo administrativo disciplinar.
- (E) A legítima defesa e o estado de necessidade excluem a responsabilização administrativa, mesmo em caso de excesso, imoderação ou desproporcionalidade do ato praticado, culposo ou doloso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

41. No direito, o processo pode ser definido como “uma relação jurídica destinada a compor um litígio mediante a observância necessária de um procedimento caracterizado pelo respeito ao contraditório e à ampla defesa (e outras garantias daí decorrentes). Portanto, o processo é uma solução jurídica para a composição de conflitos de interesses.” (JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2023, p.213). Sobre o processo administrativo, é correto afirmar que

- (A) a comprovada complexidade da apuração dos fatos caracteriza infração ao princípio da celeridade processual.
- (B) a exigência constitucional do devido processo legal é incompatível com a adoção da arbitragem e da mediação no âmbito administrativo.
- (C) a comprovada ausência de condições materiais para promover os atos processuais não justifica a delonga da decisão administrativa.
- (D) a violação às garantias inerentes ao devido processo legal suscita a invalidade da atividade administrativa.
- (E) os atos praticados no âmbito do processo administrativo dependem da provocação dos interessados.

42. O ato administrativo é uma manifestação de vontade apta a gerar efeitos jurídicos, produzida no exercício da função administrativa. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Particulares, tais como organizações da sociedade civil, podem praticar atos administrativos quando se encontram na gestão de bens, pessoal e recursos estatais.
- (B) Licenças são exemplos de ato administrativo geral, aplicável a um número indeterminado de sujeitos, tal como a licença ambiental.
- (C) Particulares, tais como aqueles que pleiteiam direitos junto à Administração, podem praticar atos administrativos, pois tais atos são manifestações de vontade funcionalizada.
- (D) Contratos administrativos são exemplos de ato bilateral, resultante da conjugação de vontades distintas, mas que se fundem para gerar um ato único, tal como o consórcio público.
- (E) Particulares, tais como aqueles que formulam propostas para uma licitação, podem praticar atos administrativos pois tais atos produzem efeitos no âmbito da Administração Pública.

43. João, servidor público, ocupa o cargo de Chefe de Departamento na Secretaria de Segurança Pública do Estado X. Recentemente, ele descobriu que um de seus subordinados, Pedro, está envolvido em um projeto comunitário que critica abertamente políticas do governo estadual. Ademais, o servidor ausenta-se durante o expediente para realizar as atividades do projeto. Incomodado com a postura de Pedro, João decide removê-lo para uma unidade organizacional mais distante, justificando a medida com o interesse da repartição. Pedro, indignado, recorre à Corregedoria. Diante dessa situação, é acertado dizer que a conduta de João foi

- (A) correta, pois João se utilizou de seu poder disciplinar de maneira legítima para manter a ordem dentro do departamento.
- (B) incorreta, pois João não tinha competência ao realizar a remoção de seu subordinado Pedro.
- (C) incorreta, pois João utilizou seu poder disciplinar para atingir uma finalidade diversa da do interesse público.
- (D) correta, pois João, como chefe, tem o direito e o dever de realocar seus subordinados conforme compreende necessário.
- (E) incorreta, pois João devia ter punido o servidor com penalidade mais gravosa, diante da necessidade de proteger o interesse público.

44. Sobre a organização da Administração Pública, assinale a alternativa que indique a correta caracterização da Administração Direta.

- (A) A Administração Direta é organizada com base na hierarquia e na concentração.
- (B) A extinção de órgãos da Administração Direta depende de lei de iniciativa do Chefe do Executivo.
- (C) Administração Direta é composta por órgãos, com personalidade jurídica própria.
- (D) A criação de órgãos da Administração Direta depende de decreto do Chefe do Executivo.
- (E) A redistribuição de cargos, empregos e funções entre órgãos depende de lei.

45. Os atos administrativos podem ser normativos, enunciativos, ordinatórios, punitivos ou de controle. Sobre o ato de homologação, assinale a alternativa que apresente sua correta definição.

- (A) É um ato ordinatório, unilateral e discricionário, pelo qual se exerce a gestão a posteriori do ato administrativo.
- (B) É um ato enunciativo, bilateral e discricionário, pelo qual se faculta ao particular a execução de serviço público.
- (C) É um ato ordinatório, unilateral e vinculado, pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- (D) É um ato de controle, unilateral e vinculado, pelo qual se manifesta formal aprovação a ato jurídico pretérito.
- (E) É um ato de controle, bilateral e vinculado, pelo qual órgãos consultivos da Administração emitem apreciação sobre assuntos de sua competência.

46. Em relação à revogação, à anulação e à convalidação dos atos administrativos, é correto considerar que

- (A) a revogação é medida privativa da Administração, não podendo o Judiciário revogar um ato por ele praticado, mesmo que no exercício de sua função de gestão de pessoas.
- (B) a anulação do ato administrativo pode ser realizada tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário; por consequência, seus efeitos podem ou não retroagir.
- (C) a convalidação pode ocorrer para suprir vício que desnatura o ato; por consequência, seus efeitos não são retroativos.
- (D) a revogação do ato administrativo pode ocorrer quando há conveniência e oportunidade administrativa; por consequência, seus efeitos são retroativos.
- (E) a convalidação do ato administrativo depende do tipo de vício que o atinge, sendo necessário analisar os seus elementos antes da decisão de convalidar.

47. Sobre os temas validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Se um ato administrativo envolve a exigência compulsória do cumprimento de condutas, ele não é eficaz.
- (B) Se inexistir condição suspensiva ou termo, por consequência, o ato administrativo é válido.
- (C) Se inexistir congruência entre o mundo fenomênico e o modelo contido na norma, o ato administrativo é inválido.
- (D) Se um ato administrativo não preenche todas as suas exigências legais, por consequência, é ineficaz.
- (E) Se envolve o impedimento concreto da prática de certos atos pelos particulares, o ato administrativo não é eficaz.

48. De acordo com Irene Nohara, encontra-se em voga, no âmbito administrativo, “a substituição da ideia de administração burocrática pela administração gerencial, na qual, em vez da imposição de políticas específicas, ocorre a promoção do permanente diálogo que inclui um elemento consensual que não integrava com tanto vigor o Direito Administrativo tradicional”. (NOHARA, Irene Patrícia D. **Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774289, p.60). Assim, na gestão pública atual, Governança e *Accountability* desempenham papéis fundamentais. Sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) *Accountability* consiste no estímulo à prestação de contas responsiva e responsável. Por outro lado, Governança envolve a preocupação com o estabelecimento de padrões éticos de atuação.
- (B) Governança consiste no método adequado de promover os objetivos políticos pelos órgãos governamentais perante a sociedade. Por outro lado, *Accountability* diz respeito à estrutura de prestação de contas dentro das organizações públicas.
- (C) Governança consiste em tornar mais eficiente a atividade administrativa. Por outro lado, *Accountability* envolve a prática de motivar as decisões administrativas a fim de promover o diálogo.
- (D) *Accountability* consiste em diretrizes que visam orientar as atividades governamentais para o planejamento prévio da atividade administrativa. Por outro lado, a governança envolve estimular o diálogo e a transparência na atuação administrativa.
- (E) Governança consiste em definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais. Por outro lado, *Accountability* envolve mecanismos de liderança, estratégia e controle.

49. Os poderes administrativos são fundamentais para a organização e o funcionamento da Administração Pública. Assinale a alternativa correta sobre os poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

- (A) O poder-dever de criar normas gerais e abstratas com a finalidade de hierarquizar ou classificar a aplicação das leis decorre do poder hierárquico.
- (B) O poder-dever de restringir e condicionar o exercício de direitos e atividades privadas para proteger interesses públicos, por meio de sanções, decorre do poder de polícia.
- (C) O poder-dever de alterar competências, notadamente por meio da delegação e da avocação, decorre do poder regulamentar.
- (D) O poder-dever de impor restrições e condicionamentos aos direitos individuais em prol do interesse coletivo decorre do poder hierárquico.
- (E) O poder-dever de investigar e, após o contraditório e a ampla defesa, punir os servidores, nas hipóteses de infração, decorre do poder de polícia.

50. Sobre a cassação no Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) É um mecanismo, automático, de extinção do ato que o retira do ordenamento jurídico por consequência de razões de interesse público. É exemplo o término do prazo de validade da habilitação para conduzir veículos.
- (B) É um mecanismo, automático, de extinção do ato que o retira do ordenamento jurídico por consequência de sua execução material. É exemplo a execução material do guinchamento de veículo extinta após sua execução.
- (C) É um mecanismo, não automático, de extinção do ato que o retira do ordenamento jurídico por consequência da sobrevinda de norma legal proibindo situação que o ato autorizava. É exemplo a perda do direito de utilizar imóvel com fins comerciais após lei que transmuta a área em residencial.
- (D) É um mecanismo, automático, de extinção do ato que o retira do ordenamento jurídico por consequência de razões de interesse público. É exemplo a extinção do vínculo jurídico, com cunho punitivo.
- (E) É um mecanismo, não automático, de extinção do ato que o retira do ordenamento jurídico por consequência da ausência de preenchimento de condição necessária para permanência da vantagem. É exemplo a retirada da habilitação do condutor que se tornou cego.

Noções de Direito Constitucional

51. Assim como estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com emendas posteriores), os Municípios poderão constituir essas organizações, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Trata-se de

- (A) Guardas Civis Municipais.
- (B) Forças Táticas Municipais.
- (C) Secretarias de Policiamento Municipais.
- (D) Divisões de Segurança Viária Municipais.
- (E) Polícias de Limites e Posturas Municipais.

52. Na forma consagrada pelo nosso texto maior, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com mais de 130 emendas posteriores, até hoje), temos que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais por princípios. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresente corretamente um deles.

- (A) dignidade da pessoa humana e pluralismo político
- (B) solução contenciosa de conflitos, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais
- (C) intervenção controlada nos assuntos internos do Estado e solução pacífica de conflitos
- (D) dever de cooperação internacional e prevalência dos direitos humanos
- (E) igualdade entre os Estados e repúdio ao terrorismo e ao racismo

53. Em tempos recentes muito se falou em fazer uso das medidas constitucionais de Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, em especial, em face da suprema polarização política entre distintas ideologias. Sobre o tema, está inculcado na Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com emendas posteriores) que o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretá-lo para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Corretamente está-se referindo ao Estado de

- (A) Guerra.
- (B) Defesa.
- (C) Sítio.
- (D) Exceção.
- (E) Intervenção.

54. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Assim, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com emendas posteriores), compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- (A) inalienabilidade do valor dos benefícios.
- (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- (D) seletividade e cautela na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) especificidade da cobertura e do atendimento.

Texto Auxiliar:

A tolerância religiosa como garantia para o exercício de direitos humanos

É possível assumir que a diversidade é uma característica não só humana, mas também da natureza. A existência é plural, assim como nós enquanto seres humanos. E essa pluralidade afeta diversos aspectos da vida, dentre eles, as religiões e crenças.

Contudo, muitas vezes, as divergências acabam sendo motivo de desavenças, e quando o assunto é religião isso não é diferente, visto que a tolerância religiosa ainda é um princípio que não foi implementado de forma plena no mundo.

Segundo o *Pew Research Center* (2020), a perseguição religiosa se faz presente na maioria dos países do mundo, sendo os cristãos e os muçulmanos os grupos religiosos mais perseguidos em termos numéricos absolutos.

Essa intolerância religiosa marca uma violação contra os direitos humanos, afetando diretamente as liberdades fundamentais e a dignidade da pessoa humana.

Precisamos compreender a tolerância religiosa como uma expressão dos direitos humanos, a fim de identificar o seu conceito e a sua importância na proteção da liberdade religiosa.

55. Expressa no Preâmbulo da nossa Carta Magna, temos a declaração maior de intenções, traduzida como: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, **sob a proteção de Deus** [grifo nosso], a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” Diante do conturbado período no qual vivemos, a referência a “**Deus**” como propagado pelo Cristianismo e tendo por base a orientação laica do Estado de Democrático de Direito em que estamos inseridos constitucionalmente, está correto afirmar que a invocação da proteção de Deus, presente no preâmbulo da CRFB,

- (A) torna passível de violação por parte do Estado a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, desde que não manifestamente criminosas.
- (B) valida a autorização para emprego de técnicas de contenção de membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial desse grupo, com base em suas crenças e liturgias.
- (C) assegura, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (D) reflete um sentimento religioso, o que enfraquece o fato de o Estado brasileiro ser laico, ou seja, um Estado em que há falta de liberdade de consciência e de crença, em que pessoas podem ser privadas de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica.
- (E) garante que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

56. Na forma da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com emendas posteriores), são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. A respeito do que é aplicável às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, assinale a alternativa correta.

- (A) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Presidente da República, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- (B) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse regular e permanente, cabendo-lhes o usufruto privativo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- (C) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- (D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, desde que não impeçam o desenvolvimento regional.
- (E) É permitida a remoção dos grupos indígenas de suas terras, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

57. Considerando os estudos feitos em sede de Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com emendas posteriores), o Título VIII da própria CFRB/88 consigna como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais, reforçando que o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas. A isso chama-se corretamente de

- (A) Perturbação Pública.
- (B) Segurança Pública.
- (C) Ordem Pública.
- (D) Ordem Social.
- (E) Paz Pública.

58. É cediço que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição. Diante disso, tendo por base os conceitos firmados na nossa Carta Magna, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado apenas à União estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- (B) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de referendo, e do Presidente da República, por medida provisória.
- (C) É constitucionalmente lícito aos Estados criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, bem como recusar fé aos documentos públicos, desde que imperativo para a segurança nacional.
- (D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (E) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em emenda constitucional.

59. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com emendas posteriores), em seu art. 12, inciso I, são brasileiros natos

- (A) os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país ou para lá não retornarão com a criança.
- (B) os nascidos no exterior, de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que qualquer deles não esteja a serviço do Brasil.
- (C) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, concedida aos originários de países de língua portuguesa apenas a residência por seis meses ininterruptos e idoneidade moral.
- (D) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de cinco anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (E) os nascidos no exterior, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Imagem:



60. Ainda permanece em meio aos nossos estudiosos do Direito Constitucional certa divergência a respeito da nomenclatura a ser dada à evolução histórica de inserção dos direitos fundamentais nas Constituições, sendo que alguns entendem que a terminologia correta seria a expressão “geração”, e outros afirmam que o termo correto seria “dimensão”. Independente da escola escolhida, para nós, resta a hialina certeza da importância que a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com emendas posteriores) imprime ao tema, em seu bojo, de modo que, quanto à quinta geração, assinale a alternativa correta.

- (A) Já existem autores defendendo a existência dos direitos de quinta dimensão e o **direito à paz** seria o seu grande representante. Incorporam os anseios e necessidades humanas que se apresentam com o tempo, são direitos provindos de respostas à dominação biofísica que impõe uma visão única do predicado “animal” do homem, conduzindo os “clássicos” direitos econômicos, culturais e sociais. O jurista Paulo Bonavides sintetizou a importância do direito à paz em uma sociedade globalizada em que prevalece a lógica neoliberal, geradora de contrastes que culminam em violência ao traçar um panorama histórico e social das cinco gerações de Direitos Fundamentais; em outras palavras, “quem negar o direito à paz cometerá um crime contra o ser humano”.
- (B) Tais direitos referem-se às **LIBERDADES NEGATIVAS CLÁSSICAS**, que enfatizam o princípio da liberdade, configurando os direitos civis e políticos. Exigem do ente estatal uma abstenção e não uma prestação, possuindo, assim, um caráter negativo, tendo como titular o indivíduo. Exemplos: o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à liberdade de expressão, à liberdade de religião, à participação política, etc.
- (C) Os desta geração ou dimensão consagram os princípios da solidariedade ou fraternidade, são aqueles direitos atribuídos de forma geral a todas as formações sociais, protegendo interesses de titularidade coletiva ou difusa. Exemplos: direito ao desenvolvimento ou progresso, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, direito de comunicação, de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade. Trata-se de direitos transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- (D) Tais são os direitos que não formam um consenso na doutrina, por serem aqueles direitos emanados pela globalização política; compreendem o direito à democracia, à informação e ao pluralismo (político, religioso, jurídico e cultural) e de normatização do patrimônio genético. Os direitos fundamentais de quarta dimensão tratam do futuro respeito à cidadania, sendo imprescindíveis para a realização e a legitimidade da globalização política. Não é unânime a aceitação desta dimensão de direito fundamental.
- (E) É o direito fundamental de acesso à água potável, como direito desta dimensão; significa um acréscimo ao acervo de direitos fundamentais, nascidos, a cada passo, no longo caminhar da Humanidade. Esse direito fundamental, necessário à existência humana e a outras formas de vida, necessita de tratamento prioritário das instituições sociais e estatais, bem como por parte de cada pessoa humana.

Noções de Direitos Humanos

61. João de Deus, policial penal, foi condenado criminalmente pela prática de estelionato, tendo sido fixada, entre outras penas, a pena de cassação dos seus direitos políticos. Com base na situação em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) É indevida a aplicação da pena de cassação dos direitos políticos a João de Deus, exceto se a condenação criminal tiver transitado em julgado.
- (B) Seria possível a aplicação da pena em questão se João de Deus, além da condenação criminal, estivesse com incapacidade civil absoluta.
- (C) Assim como nos casos de condenação pela prática de improbidade administrativa, é possível a cassação dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- (D) A pena recebida por João de Deus é indevida, dado que a impossibilidade de exercício dos seus direitos políticos tem caráter temporário, ou seja, perdura enquanto durarem os efeitos da condenação criminal transitada em julgado.
- (E) Como já houve a condenação criminal, João de Deus deixou de ser presumidamente inocente, sendo legítima, portanto, a aplicação da pena em questão.

62. O Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 (Decreto 7.037/2009) busca a transparência e a participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal, partindo-se do pressuposto de que a realidade brasileira segue sendo gravemente marcada pela violência e por severos impasses estruturais na área da segurança pública. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) o PNDH-3 contempla a prevenção da violência e da criminalidade como diretriz, ampliando o controle sobre armas de fogo e indicando a necessidade de profissionalização da investigação criminal.
- (B) o PNDH-3 é um processo sistemático e unidimensional focado na solidariedade social, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade.
- (C) embora o PNDH-3 busque um distanciamento das políticas públicas de educação, alguns segmentos da militância em Direitos Humanos, há muito, estão próximos do debate das políticas públicas de segurança no Brasil.
- (D) o PNDH-3 reflete a preocupação das polícias brasileiras, nos termos de sua tradição institucional, de se valer da reflexão teórica e dos aportes oferecidos pela criminologia moderna e demais ciências sociais, priorizando o caráter inclusivo da participação popular.
- (E) o PNDH-3 reconhece que há grave corrupção dos agentes de segurança pública, porém nega a existência de práticas de abuso de autoridade e de violência policial contra grupos vulneráveis.

63. O Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 (Decreto 7.037/2009) conta com diversos eixos orientadores, os quais possuem as respectivas diretrizes. No Eixo Orientador IV, que trata da Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, consta corretamente diretriz de

- (A) promoção da educação em Direitos Humanos no serviço público.
- (B) reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado.
- (C) prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos.
- (D) combate às desigualdades estruturais.
- (E) fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.

64. Acerca da estrutura e composição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os membros da Comissão serão eleitos a título estatal, pela Assembleia-Geral da Organização, de uma lista de candidatos escolhidos pela Organizações das Nações Unidas.
- (B) Os membros da Comissão serão eleitos por três anos, vedada a reeleição.
- (C) A Comissão não representa todos os Membros da Organização dos Estados Americanos.
- (D) Não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo Estado.
- (E) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de trinta e sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

65. Acerca das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela), assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser exigido a todos os reclusos que se mantenham limpos e, para esse fim, ser-lhes-ão fornecidos água ou quaisquer materiais de higiene ou limpeza.
- (B) As Regras de Nelson Mandela levam em consideração a preocupação, de longa data, das Nações Unidas pela humanização da justiça penal e a proteção dos direitos humanos.
- (C) As Regras de Nelson Mandela têm a pretensão de descrever, em pormenores, um modelo de sistema prisional obrigatório para todas as Nações.
- (D) Todos os reclusos que não efetuam trabalho no exterior devem ter pelo menos duas horas diárias de exercício adequado ao ar livre quando o clima o permita.
- (E) A fim de permitir aos reclusos a manutenção de um aspecto correto e preservar o respeito por si próprios, ser-lhes-ão garantidos os meios indispensáveis para os cuidados capilares, excetuado o uso de barbeadores ou lâminas.

66. A Constituição Federal determina que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à

- (A) cidadania e à soberania estatal.
- (B) segurança da sociedade e do Estado.
- (C) cidadania e à segurança social.
- (D) soberania estatal e à autodeterminação dos povos.
- (E) segurança do governo e do Estado.

67. As Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade Para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok) fazem parte da preocupação global com a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres. Nesse contexto, tal normativo reconhece que

- (A) as instalações penitenciárias existentes no mundo foram concebidas para presos de ambos os sexos.
- (B) as mulheres presas não são um grupo vulnerável, embora possuam necessidades e exigências específicas.
- (C) ao sentenciar ou aplicar medidas cautelares a uma mulher gestante ou a pessoa que seja fonte principal ou única de cuidado de uma criança, medidas não privativas de liberdade devem ser obrigatórias.
- (D) as mulheres presas não têm como conviver com seus filhos e filhas em estabelecimento prisional.
- (E) uma parcela das mulheres infratoras não representa risco à sociedade e, tal como ocorre com todos os infratores, seu encarceramento pode dificultar sua reinserção social.

68. O Presidente da República precisa fazer a indicação de três cidadãos para ocuparem, respectivamente, os cargos de Ministro de Estado da Defesa, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Com base na situação em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) A indicação presidencial para os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Ministro do Superior Tribunal de Justiça pode recair sobre brasileiros naturalizados.
- (B) A indicação presidencial para os cargos de Ministro de Estado da Defesa e Ministro do Superior Tribunal de Justiça pode recair sobre brasileiros naturalizados.
- (C) A indicação presidencial para os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Ministro do Superior Tribunal de Justiça não pode recair sobre brasileiros naturalizados.
- (D) A indicação presidencial para os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Ministro de Estado da Defesa pode recair sobre brasileiros naturalizados.
- (E) A indicação presidencial para os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Ministro de Estado da Defesa não pode recair sobre brasileiros naturalizados.

69. Em determinado crime de ação pública, esta não foi intentada no prazo legal pelo Ministério Público, o que acabou gerando enorme repercussão social pela sensação de impunidade. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) é possível o uso de ação penal privada para suprir a inércia do Ministério Público.
- (B) se o Ministério Público não intentou a ação pública, significa que não houve nenhum crime.
- (C) o cidadão pode propor ação popular para a apuração do crime e da conduta do Ministério Público.
- (D) o cidadão pode propor ação civil pública para a apuração do crime e da conduta do Ministério Público.
- (E) cabe *habeas corpus* contra a omissão do Ministério Público, que deveria ter obrigatoriamente intentado a ação penal.

70. Francisco, integrante das Forças Armadas, conta com oito anos de serviço e pretende se candidatar ao cargo de Vice-Governador de Estado. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) Francisco é inelegível, pois tem menos de dez anos de serviço.
- (B) Francisco será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- (C) Se for militar alistável e tiver 30 anos ou mais, Francisco poderá concorrer ao cargo de Vice-Governador de Estado, mas deverá afastar-se da atividade militar.
- (D) Para concorrer ao cargo de Vice-Governador de Estado, Francisco deverá ter mais de 35 anos.
- (E) Francisco será agregado pela autoridade superior e, se eleito, deverá afastar-se da atividade militar.

Noções de Direito Penal

71. O crime de ALTERAÇÃO DE LIMITES se traduz em “suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia”, consistindo em conduta penalmente inserida no Capítulo III dos Crimes contra o Patrimônio relacionados no Código Penal Brasileiro. Tal ação possui formas equiparadas, cuja pena se mantém a mesma do crime original. Elas são, corretamente,

- (A) Ebulho Possessório e Usurpação de Águas.
- (B) Usurpação de Terreno e Apropriação Indébita de Águas.
- (C) Ebulho Lindeiro e Tomada de Águas.
- (D) Uso Indevido de Limites e Usurpação de Águas.
- (E) Usucapião de Águas e Corrupção de Solo Alheio.

72. Considerando a carta penal brasileira, a imputabilidade penal está topograficamente ligada aos conceitos de CULPABILIDADE. Dessa forma, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se em estado de necessidade exculpante quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- (B) Não excluem a imputabilidade penal a emoção ou a paixão, a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, entre outros.
- (C) A pena pode ser reduzida de um terço à metade, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (D) Apenas os menores de 16 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- (E) A pena pode ser reduzida de um terço à metade, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

73. Assinale a alternativa que defina corretamente o tipo penal do INFANTICÍDIO, conduta penalmente prevista no art. 123 do CP.

- (A) Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça.
- (B) Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque.
- (C) Matar alguém menor de 14 (quatorze) anos.
- (D) Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria.
- (E) Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após.

74. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência define o crime de Roubo, que acaba por se traduzir numa das formas mais hediondas de lesão ao patrimônio alheio. Considerando as causas de modificação de pena (que parte de reclusão de quatro a dez anos, e multa) legalmente previstas, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena será dobrada se houver destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- (B) Se da violência resultar lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 6 (seis) a 20 (vinte) anos, e multa.
- (C) Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
- (D) A pena poderá ser reduzida pela metade se a violência ou grave ameaça for exercida com emprego de arma branca.
- (E) A pena aumenta-se da metade a 2/3 (dois terços) se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.

75. A Lei 12.737/12, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, estabelece princípios, garantias e deveres para o uso da internet no Brasil e busca proteger a sua privacidade digital. Diante disso, está correto afirmar que

- (A) invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita ou com o objetivo de divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública, qualifica o crime.
- (B) se aumenta a pena de um terço à metade se o crime for praticado contra o Presidente da República, governadores e prefeitos, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou de Câmara Municipal; ou dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
- (C) na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput do art. 154-B, salvo em situações de calamidade ou emergência.
- (D) revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem configura forma equiparada do crime.
- (E) se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido, a pena será dobrada.

76. Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços, conforme se aduz do art. 16 do Código Penal. Tal conceito corresponde única e exclusivamente ao instituto da/do

- (A) Desistência Voluntária.
- (B) Crime na Forma Tentada.
- (C) Arrependimento Posterior.
- (D) Arrependimento Eficaz.
- (E) Crime Impossível.

77. Diferente do homicídio qualificado, que aumenta a pena, o homicídio privilegiado pode resultar em uma pena menor para o réu. O homicídio privilegiado é definido como um homicídio cometido sob a influência de um motivo de relevante valor social ou moral, ou sob violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima. Pode ainda haver homicídio qualificado privilegiado, mas é indispensável que as qualificadoras sejam de natureza OBJETIVA (que se referem aos meios e modos pelos quais o homicídio foi praticado). Vale lembrar que as privilegiadoras são todas subjetivas, já que se relacionam com o motivo do crime ou com o estado anímico do agente. Sendo assim, assinale a alternativa que reúna corretamente exemplos de qualificadoras objetivas.

- (A) Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.
- (B) Contra a mulher por razões da condição de sexo feminino; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; se a vítima é pessoa com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade.
- (C) Em condição de sexo feminino, caracterizada por violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher; se o autor é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela; se o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada.
- (D) A traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.
- (E) Contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121; mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma.

78. A extinção da punibilidade é o fim do direito do Estado de punir um indivíduo por um crime, ou seja, acontece quando não há mais como se impor ao réu ou condenado a sanção cominada ou aplicada. Aprofundando-se a questão conceitual, como leciona Santiago Mir Puig, as causas extintivas da punibilidade impõem um “ponto final ao dever de responder penal” pela prática de um ato ilícito. Isso significa dizer que, uma vez verificadas, morre o interesse punitivo estatal. Como bem trazido por Cezar Bitencourt, a punição é uma consequência da conduta típica, antijurídica e culpável. Contudo, após a prática do fato delituoso, podem ocorrer hipóteses aptas a impedir a eventual aplicação ou execução da respectiva sanção. Assim, verificada alguma das hipóteses extintivas de punibilidade previstas na legislação brasileira, não há mais como se impor ao investigado, ao réu ou ao condenado a sanção cominada ou aplicada. Afirmar que morre o interesse punitivo estatal significa dizer que não pode mais ser imposta qualquer sanção contra o indivíduo.

(<https://www.aurum.com.br/aplicada.>)

Tomando tais conceitos por base, assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 3 (três) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.
- (B) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre até a publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis;
- (C) Interrompida a prescrição, em qualquer hipótese, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.
- (D) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional ou a suspensão condicional da pena, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
- (E) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 do Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se, entre outras em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze.

79. O art. 218-C do nosso digesto penal nos apresenta a conduta de “oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio – inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática –, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia, cuja pena é de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. Ela pode ser modificada, corretamente quando

- (A) quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso o faça com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos.
- (B) induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem.
- (C) o agente é ascendente, descendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ele/ela.
- (D) o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação.
- (E) o agente pratica as condutas descritas no **caput** do art. 218-C em publicação de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, caso seja maior de 18 (dezoito) anos.

80. Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, teremos forma qualificada da Concussão. Trata-se de

- (A) Excesso de Exação.
- (B) Corrupção Ativa.
- (C) Cobrança Aviltante.
- (D) Advocacia Administrativa.
- (E) Peculato Mediante Erro.

Legislação Extravagante

81. Sobre a Lei 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública deverá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos na lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo.
- (B) A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas na lei e reduzirá em até 2/5 (dois quintos) o valor da multa aplicável.
- (C) O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar o dano causado.
- (D) Importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.
- (E) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos na lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo.

82. A respeito da Lei 9.455/97, que trata dos crimes de tortura, assinale a alternativa correta.

- (A) Aumenta-se a pena de um sexto até dois terços se o crime é cometido por agente público.
- (B) O crime de tortura é inafiançável, porém é suscetível de graça.
- (C) O condenado por crime previsto na Lei 9.455/97, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- (D) Aumenta-se a pena de um sexto até dois terços se o crime é cometido mediante sequestro.
- (E) A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

83. No tocante as disposições da Lei 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), assinale a alternativa correta.

- (A) Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam submetidos a regime de dedicação exclusiva.
- (B) Ao Sinarm compete cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e emprestadas no País.
- (C) As disposições do Estatuto do Desarmamento alcançam as armas de fogo das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constarem dos registros próprios.
- (D) Para adquirir arma de fogo de uso restrito, o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender a determinados requisitos.
- (E) O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, permite o seu proprietário a manter a arma de fogo no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, ainda que seja outro o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

84. Em se tratando da requisição de indisponibilidade de bens do réu nas ações de improbidade administrativa, à luz do que dispõe a Lei 8.429/92, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido de indisponibilidade de bens somente poderá ser formulado mediante representação ao Ministério Público.
- (B) Em nenhuma hipótese o pedido de indisponibilidade de bens incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior.
- (C) O pedido de indisponibilidade de bens será deferido independentemente da demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.
- (D) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, mesmo que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, podendo a urgência ser presumida.
- (E) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente.

85. Fundamentado na Lei 13.964/19, que abarca o Pacote Anticrime, aperfeiçoando a legislação penal e processual penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada provisoriamente perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição e caducidade.
- (B) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.
- (C) Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação.
- (D) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- (E) Todos os Institutos de Criminalística poderão ter uma central de custódia destinada à guarda e controle dos vestígios, e sua gestão pode ser vinculada diretamente ao órgão central de perícia oficial de natureza criminal.

86. Dentre as alternativas a seguir, referente ao disposto na Lei 210/84 (que institui a Lei de Execução Penal), assinale a que esteja correta.

- (A) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando evitar o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, porém não se estenderá ao egresso.
- (B) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. A prestação de trabalho a entidade privada depende do consentimento expresso do preso.
- (C) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter repressivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e psicológico.
- (D) Ao condenado à pena privativa de liberdade será facultado o trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
- (E) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado também em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. O limite máximo do número de presos será de 5% (cinco por cento) do total de empregados na obra.

87. Sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais – Resolução 3/2009 –, assinale a alternativa correta.

- (A) As ações de educação no contexto prisional devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país e na Lei de Execução Penal, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino.
- (B) A oferta de educação no contexto prisional pode atender aos eixos pactuados quando da realização do Seminário Nacional pela Educação nas Prisões (2006), quais sejam: a) gestão, articulação e mobilização; e b) formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta de educação na prisão.
- (C) A oferta de educação no contexto prisional pode resultar do processo de mobilização, articulação e gestão dos Ministérios da Educação e Justiça, da Administração Penitenciária, dos Estados e da sociedade civil.
- (D) Existe a necessidade de estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas municipais para atender à população carcerária.
- (E) A direção dos estabelecimentos penais pode permitir que os documentos e materiais produzidos pelos Ministérios da Educação e da Justiça, Secretarias Estaduais de Educação e órgãos responsáveis pela Administração Penitenciária, que possam interessar aos educadores e educandos, sejam disponibilizados e socializados, mediante requerimento.

88. Consubstanciado na Portaria Interministerial MS/MJ 1/14 (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional), é objetivo específico da PNAISP

- (A) respeito aos direitos humanos e à justiça social.
- (B) integralidade da atenção à saúde da população privada de liberdade no conjunto de ações de promoção e vigilância em saúde, executadas nos diferentes níveis de atenção.
- (C) garantia da autonomia dos profissionais de saúde para a realização do cuidado integral das pessoas privadas de liberdade.
- (D) equidade, em virtude de reconhecer as diferenças e singularidades dos sujeitos de direitos.
- (E) promoção de iniciativas de ambiência humanizada e saudável com vistas à garantia da proteção dos direitos dessas pessoas.

89. A Resolução 31/22 traz as medidas de monitoração eletrônica, decorrentes de ordens judiciais. Assim, fulcro em tais disposições normativas, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Poder Judiciário, por meio da Secretaria responsável pela administração penitenciária ou polícia penal, implementar os serviços destinados à execução da monitoração, que deverão se estruturar na forma de Centrais de Monitoração Eletrônica para atendimento ao disposto na presente Resolução.
- (B) As atribuições para exercício da atividade de monitoração eletrônica, especialmente as atividades-fim de acompanhamento e fiscalização, são exclusivas de servidores públicos do sistema penitenciário.
- (C) As Centrais de Monitoração Eletrônica são responsáveis pelo acompanhamento do serviço de monitoração eletrônica, o que inclui a execução e fiscalização das medidas.
- (D) Para atender à demanda de cada unidade federativa, especialmente a exteriorização dos serviços de monitoração, deverão ser criados núcleos regionais vinculados às Centrais de Monitoração.
- (E) Os serviços de monitoração eletrônica poderão ser instalados em locais adequados, de modo a favorecer as atividades de atendimento e acompanhamento dos condenados.

90. Sobre o conteúdo normativo da Lei 7.210/19, que trata das Execuções Penais, é correto afirmar que

- (A) o Ministério Público fiscalizará a execução da pena, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução. Quanto à medida de segurança, acompanhará seus incidentes.
- (B) é permitido ao Conselho Penitenciário exigir parecer sobre indulto e comutação de pena, mesmo na hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso.
- (C) é atribuição do Departamento Penitenciário Nacional fiscalizar a fiel aplicação das normas de execução penal.
- (D) o Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.
- (E) os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, em que as condenadas possam amamentar seus filhos, no mínimo, até 4 (quatro) meses de idade.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **Caderno de Texto Definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. A resposta deverá conter a extensão mínima de **25 (vinte e cinco)** e máxima de **30 (trinta)** linhas para o texto.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada com material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **Caderno de Texto Definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.



(<https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Juniao6.jpg>)

Com base na mensagem contida na charge acima, elabore um texto dissertativo, empregando entre 25 e 30 linhas, discutindo como o Brasil vem tratando na contemporaneidade a sua trajetória de mazelas históricas.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	v

